

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

### ATA NÚMERO VINTE E SETE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DO DIA SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----

-----  
Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, na sala de Sessões da Sede do Município, compareceram o Senhor Presidente Álvaro dos Santos Beijinha, Albano Joaquim Mestre Pereira, Vice-Presidente, Artur Manuel Fernandes Ceia, Luís Filipe dos Santos, Sónia Regina Sobral Gonçalves, Susana Louro Caiado Correia Pádua e Mónica Fialho Pires de Aguiar Vereadores, a fim de se efetuar a reunião ordinária da Câmara Municipal. -----

-----  
Como se achavam em número legal para se constituírem em reunião de Câmara, foi a mesma declarada aberta pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, às nove horas e trinta minutos. -----

-----  
Seguidamente, o Senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a ata número vinte e seis da reunião de vinte e três de novembro e a ata número vinte e sete da reunião extraordinária de trinta de novembro, as quais foram aprovadas, por unanimidade. -----  
A Senhora Vereadora Susana Pádua, não votou a ata número vinte e seis da reunião de Câmara de vinte e três de novembro, por não ter estado presente. -----

#### -----ORDEM DO DIA: -----

-----  
Foi tomado conhecimento de que as disponibilidades de Tesouraria no dia seis de dezembro de dois mil e vinte e três eram as seguintes: -----

**OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: 8.207.184,10€** (oito milhões, duzentos e sete mil, cento e oitenta e quatro euros e dez centimos). -----

**OPERAÇÕES DE TESOURARIA: 281.310,18€** (duzentos e oitenta e um mil, trezentos e dez euros e dezoito centimos). -----

#### -----OUTRAS DELIBERAÇÕES: -----

**ENTIDADE: ENJOY & FUN LDA.** -----

**ASSUNTO: Loteamento Municipal do Kartódromo -Atribuição do lote 12.** -----

**LOCALIZAÇÃO:** Vila Nova de Santo André. -----

**REFERÊNCIA:** Processo nº 2023/300.50.200/61 de 17 de novembro, do Serviço de Aprovisionamento e Património da Divisão de Administração e Gestão Financeira. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA: UM**–Atribuir, por acordo direto, em regime de direito de superfície, a Enjoy & Fun Lda., o prédio designado por lote nº 12, com a área de 1.046,94m<sup>2</sup>, inscrito na matriz sob o artigo 7091º, descrito na Conservatória do Registo Civil Predial Comercial e Automóvel de Santiago do Cacém sob nº 4828/20171219, do Loteamento Municipal do Kartódromo, para o exercício da sua atividade, a que corresponde o CAE 93293–R3e 79120-R3 cujo objeto é a organização de atividades de animação turística. -----

**DOIS** –O lote será atribuído em regime de direito de superfície, pelo valor de 1,01€/m<sup>2</sup> o que perfaz 1.057,41€/anuais e de acordo com as condições previstas no Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém. -----

**TRÊS** –Aprovar a Minuta do Contrato Promessa para Constituição do Direito de Superfície, conforme documento anexo, o qual deverá ser celebrado no prazo de 15 dias após a notificação para o efeito. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número duzentos e dezassete ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da reunião. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**FUNDAMENTOS: UM**—De acordo com a alínea g) do nº 1 do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

**DOIS** -De acordo com o Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade -----

**ENTIDADE: BRUNO RICARDO FIGUEIREDO TIOPISTO** -----

**ASSUNTO: Loteamento Municipal Empresarial VNSA, em Vila Nova de Santo André - Atribuição do lote 11.** -----

**LOCALIZAÇÃO:** Vila Nova de Santo André. -----

**REFERÊNCIA:** Processo nº 2023/300.50.200/62 de 20 de novembro de 2023, do Serviço de Aprovisionamento e Património da Divisão de Administração Geral e Financeira. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA: UM**—Atribuir, por acordo direto, em regime de direito de superfície, a Bruno Ricardo Figueiredo Tiopisto, o prédio designado por lote nº 11, com a área de 1.413,60 m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 7296º e descrito na Conservatória do Registo Civil Predial Comercial e Automóvel de Santiago do Cacém sob a ficha nº 4966/20230504, da freguesia de Santo André, para o exercício da sua atividade, a que se refere o código CAE-45200, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis. -----

**DOIS** —O lote será atribuído em regime de direito de superfície, por acordo direto, pelo valor de 1,01€/m², sendo o valor anual do lote de 1.427,74€, e de acordo com as condições previstas no Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém. -----

**TRÊS** —Aprovar a Minuta do Contrato Promessa para Constituição do Direito de Superfície, conforme documento anexo, o qual deverá ser celebrado no prazo de 15 dias após a notificação para o efeito. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número duzentos e dezoito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da reunião. -----

**FUNDAMENTOS: UM**- De acordo com a alínea g) do nº 1 do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente. -----

**DOIS** -De acordo com o Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade -----

**ENTIDADE: DESTILARIA BLACK PIG ALENTEJO, UNIP, LDA.** -----

**ASSUNTO: Licenciamento Especial de Ruído -Ratificação de Despacho** -----

**LOCALIZAÇÃO:** Herdade do Sobral – Destilaria Black Pig na Aldeia de Santo André. -----

**REFERÊNCIA:** Proc. de Licenciamento n.º 2023/450.10.215/75 de 24/11/2023 da DAGF/SAG/Taxas e Licenças. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** Ratificar o meu Despacho de 24 de novembro de 2023 referente à Licença Especial de Ruído para a realização de Vila Natal de 25/11 a 31/12 de 2023 das 14h às 23h, na Herdade do Sobral – Destilaria Black Pig na Aldeia de Santo André. -----

**FUNDAMENTOS: UM**- O requerimento não foi entregue em tempo útil de ser deliberado o Licenciamento pela Câmara. -----

**DOIS**- Ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro de 12 de setembro, pode o presidente praticar

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

quaisquer atos da competência da Câmara Municipal, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua pratica. -----

**TRÊS-** É competência da Câmara Municipal, o Licenciamento Especial de Ruído ao abrigo do Artigo 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº9/2007 de 17/01.

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade -----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Décima Terceira Alteração ao Orçamento da Despesa de Dois Mil e Vinte e Três/Dois Mil e Vinte e Sete e Décima Terceira Alteração das GOP'S (AMR e PPI) Dois Mil e Vinte e Três/Dois Mil e Vinte e Sete. -----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----

**REFERÊNCIA:** Processo número Dois Mil e Vinte e Três barra trezentos e cinquenta ponto dez ponto zero zero um barra um da DAGF. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha. -----

**TOMAR CONHECIMENTO** do despacho de 22-11-2023 exarado no documento I-39229 de 22-11-2023, que aprovou a 13ª Alteração ao Orçamento da despesa 2023/2027 e a 13ª Alteração às GOP'S (AMR) 2023/2027. -----

Documentos que são dados como reproduzidos na presente Ata, com o número duzentos e dezanove, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricados pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da reunião. -----

**ENTIDADE:** C&M LDA. -----

**ASSUNTO:** Loteamento Municipal do Parque Empresarial do Cercal do Alentejo - Atribuição do lote nº 30 da Expansão II. -----

**LOCALIZAÇÃO:** Cercal do Alentejo. -----

**REFERÊNCIA:** Processo nº 2023/300.10.003/133 de 14 de novembro, do Serviço de Aprovisionamento e Património da Divisão de Administração Geral e Financeira. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** UM-Alienar o prédio designado por lote nº 30 da Expansão II do Parque Empresarial do Cercal do Alentejo, inscrito sob o artigo matricial P 4375º e descrito na Conservatória do Registo Civil Predial Comercial e Automóvel de Santiago do Cacém sob nº 2891/20190712, por acordo direto, à C&M Lda., para o exercício da sua atividade de clubes desportivos, ensino desportivo e recreativo, aluguer de bens recreativos e desportivos, atividades de design, snack-bar e café, a que correspondemos CAE 93120 -85510-77210 - 74100-R3. -----

**DOIS** -O lote tem a área de 3.165,75m² e será alienado em regime de propriedade plena, pelo valor de 39.951,77€ (trinta e nove mil novecentos e cinquenta e um euros e setenta e sete centimos). O pagamento será efetuado de acordo com as condições previstas no Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém, a saber: 30% do preço como sinal, com a assinatura do Contrato de Promessa de Compra e Venda, e o remanescente que equivale a 70%, no ato da escritura de compra e venda. -----

**TRÊS** -Aprovar a Minuta do Contrato Promessa de Compra e Venda, conforme documento anexo, o qual deverá ser celebrado no prazo de 15 dias após a notificação para o efeito. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número duzentos e vinte, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da reunião. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**FUNDAMENTOS:** UM-De acordo com a alínea g) do n.º 1 do Artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro na redação vigente. -----

**DOIS** -De acordo com o Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade -----

**ENTIDADE:** ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALENTEJO, I.P. -----

**ASSUNTO:** Escalas de Turnos de Farmácias de Serviço para o ano 2024. -----

**LOCALIZAÇÃO:** Município de Santiago do Cacém -----

**REFERÊNCIA:** 2023/900.20.604/538-Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo. -

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** Aprovar a emissão de parecer favorável relativamente à proposta das escalas de turnos de serviço das farmácias do Município de Santiago do Cacém para o ano de 2024. -----

**FUNDAMENTOS:** UM- De acordo com correio eletrónico emanado pela ARSA – Administração Regional da Saúde do Alentejo datado de 15/11/2023e parecer técnico emitido.

**DOIS-** De acordo com o disposto no art.º 14.º do decreto-lei n.º 7/2011 de 10 janeiro, e do n.º 2 do art.º 3.º da Portaria n.º 277/2012 de 12 setembro. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade -----

**ENTIDADE:** MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Loteamento Municipal do Parque Empresarial do Cercal do Alentejo -lote n.º 37 da Expansão 0 –Extinção do Negócio. -----

**LOCALIZAÇÃO:** Cercal do Alentejo.-----

**REFERÊNCIA:** Processo n.º 2023/300.10.003/49 de 08 de maio, do Serviço de Aprovisionamento e Património da Divisão de Administração Geral e Financeira. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha.-----

**PROPOSTA:** Resolver o Contrato de Promessa de Compra e Venda outorgado entre o Município de Santiago do Cacém e o Senhor José Inácio Tomé, em 02 de julho de 2009, relativo à alienação do lote n.º 37 da Expansão 0 do Parque Empresarial do Cercal do Alentejo, inscrito sob o artigo matricial 3900º e descrito na Conservatória do Registo Civil Predial Comercial e Automóvel de Santiago do Cacém sob a ficha nº1923/20080827.-----

**FUNDAMENTOS:** UM–Nos termos do previsto no n.º 1 da cláusula sexta, face ao incumprimento das obrigações previstas no n.º 1 da cláusula Quinta, ambas do contrato-promessa de compra e venda. -----

**DOIS**–De acordo com a alínea g) do n.º 1 do Artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por maioria, com seis votos a favor do Senhor Presidente Álvaro Beijinha, do Senhor Vereador Albano Pereira, das Senhoras Vereadoras Sónia Gonçalves e Mónica Aguiar, eleitos da CDU, do Senhor Vereador Artur Ceia e da Senhora Vereadora Susana Pádua, eleitos do PS. -----

Uma abstenção do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

**ENTIDADE:** MANUEL FARINHA ANACLETO-----

**ASSUNTO:** Loteamento Municipal da ZIL –Zona Industrial Ligeira em Vila Nova de Santo André -Transmissão do lote 12 da Expansão 0. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**LOCALIZAÇÃO:** Vila Nova de Santo André. -----

**REFERÊNCIA:** Processo nº 2018/300.50.200/19 de 11 de dez./2018, do Serviço de Aproveitamento e Património da Divisão de Administração Geral e Financeira. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** UM –Revogar a deliberação de Câmara de 20 de julho de 2023 que autorizou a transmissão do mencionado lote para a empresa “Tempo de Virgulas Unipessoal Lda.”, uma vez que a mesma não se concretizou. -----

**DOIS**–Autorizar o Sr. Manuel Farinha Anacleto, a transmitir o direito de superfície constituído sobre o lote nº 12 da ZIL Exp. 0, em Vila Nova de Santo André, registado na matriz sob o artigo nº 7103º, descrito na Conservatória do Registo Civil Predial Comercial e Automóvel de Santiago do Cacém sob a ficha nº 4845/20180809, da freguesia de Santo André, para o Banco Caixa Geral de Depósitos S.A. -----

**TRÊS** –Aprovar a alteração do objeto do direito de superfície do lote atrás identificado, de “Oficina de Serralharia e Reparação Automóvel” para “Comércio e Serviços”. -----

**QUATRO**–Autorizar que o destino do lote seja o de Leasing Imobiliário cujo contrato de locação financeira terá como destino a atividade de serviços a que corresponde o CAE 93130-R3. -----

**CINCO** –Deve o requerente apresentar no prazo de 30 dias, após a celebração da respetiva escritura, cópia da mesma no Serviço de Património. -----

**FUNDAMENTOS:** UM–Conforme o solicitado pelo superficiário, em requerimento datado de 10 de novembro/2023; -----

**DOIS**–De acordo com a alínea g) do nº 1 do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

**TRÊS** -De acordo com o Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade -----

**ENTIDADE:** UNIÃO SPORT CLUB -----

**ASSUNTO:** Licenciamento Especial de Ruído –Ratificação de despacho. -----

**REFERÊNCIA:** Proc. de Licenciamento de 2023/450.10.215/74 de 21/11/2023 da DAGF/SAG/Taxas e Licenças. -----

**LOCALIZAÇÃO:** Ala Poente do Pavilhão de Feiras e Exposições em Santiago do Cacém ---

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** UM-Ratificar o meu Despacho de 22 de novembro de 2023 referente à Licença Especial de Ruído para a realização de um Baile no dia 01/12/2023 das 18h às 04h, promovido pela Associação. -----

**FUNDAMENTOS:** UM- A Associação não entregou os elementos necessários ao Processo em tempo útil de ser deliberado o Licenciamento pela Câmara. -----

**DOIS**- Ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, pode o Sr. Presidente praticar quaisquer atos da competência da Câmara Municipal, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática. -----

**TRÊS**–É competência da Câmara Municipal, o Licenciamento Especial de Ruído ao abrigo do artigo 15º do regulamento Especial de Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº9/2007 de 17/01. --

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade -----

**ENTIDADE:** MAREDEUS PORTUGAL, UNIPessoal, LDA -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM**

**ASSUNTO: Parque Empresarial de Ermidas-Sado –ZIL II, Exp. I –Pedido de renúncia à reserva de propriedade dos Lotes 15 ao 28.** -----

**LOCALIZAÇÃO:** Ermidas-Sado. -----

**REFERÊNCIA:** Processo nº 2023/300.10.003/112, de 28 de julho de 2023, Divisão de Administração Geral e Financeira, Serviço de Aprovisionamento e Património. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** UM –Renunciar à reserva de propriedade que o Município detém sobre os lotes 15 a 28 do Parque Empresarial de Ermidas-Sado, ZILII, Exp. I, vendidos à empresa Maredeus Portugal, Unipessoal, Lda, com o NIPC nº 510217028, em Regime de propriedade plena, para o exercício da sua atividade, a que corresponde o CAE principal 10201-10202, tendo sido celebrada a escritura em 24 de agosto de 2023. -----

**FUNDAMENTOS:** UM –Nos termos do previsto no nº2 do artigo 9º do Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém. -----

**DOIS** –De acordo pelo requerido pela empresa Maredeus Portugal, Unipessoal, Lda, por forma a conseguir obter financiamento bancário para a construção da nova unidade fabril e respetivo equipamento, e poder reiniciar a atividade. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade -----

**ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM** -----

**ASSUNTO: Loteamento Municipal do Parque Empresarial do Cercal do Alentejo - Atribuição do Lote 11 –Expansão. 0.** -----

**LOCALIZAÇÃO:** Cercal do Alentejo. -----

**REFERÊNCIA:** 2023/300.10.003/127, de 20/10/2023, do Serviço de Aprovisionamento e Património, da Divisão de Administração e Geral e Financeira. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** UM -Retificar a deliberação da Câmara Municipal de 26 de outubro/2023, no que se refere ao preço de venda por metro quadrado, passando os pontos DOIS e TRÊS da referida deliberação a ter a seguinte redação:-----

**DOIS**—O lote tem a área de 661,20m² e será alienado em regime de propriedade plena, pelo valor de 8.344,34€ (oito mil trezentos e quarenta e quatro euros e trinta e quatro centavos). O pagamento será efetuado de acordo com as condições previstas no Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém, a saber: 30% do preço (2.503,30€) como sinal e início de pagamento, com a assinatura do Contrato de Promessa de Compra e Venda, e o remanescente que equivale a 70% (5.841,04€), no ato da escritura de compra e venda.-----

**TRÊS**—Aprovar a Minuta do Contrato Promessa de Compra e Venda, conforme documento anexo, o qual deverá ser celebrado no prazo de 15 dias após a notificação para o feito.-----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número duzentos e vinte e um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da reunião. -----

**FUNDAMENTOS:** UM- De acordo com o artigo 174º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro; -----

**DOIS**- Nos termos da alínea g) do nº 1 do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente. -----

**TRÊS** -Deliberação de Câmara de 05 de janeiro/2023 que aprovou a manutenção dos preços de Venda em Regime de Propriedade Plena nos Parques Empresariais, retificada por Deliberação de Câmara de 13 de abril/2023, mantendo-se o preço em 12,62 € por m². -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade -----

ENTIDADE: LINH AMBIENTE S.A. -----

ASSUNTO: Loteamento Municipal do Parque Empresarial do Cercal do Alentejo - Atribuição do lote nº 2 da Expansão III. -----

LOCALIZAÇÃO: Cercal do Alentejo. -----

REFERÊNCIA: Processo nº 2023/300.10.003/133 de 15 de novembro, do Serviço de Aprovisionamento e Património da Divisão de Administração Geral e Financeira. -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente Álvaro Beijinha. -----

PROPOSTA: UM-Aliénar o prédio designado por lote nº 2 da Expansão III do Parque Empresarial do Cercal do Alentejo, inscrito sob o artigo matricial 4019º e descrito na Conservatória do Registo Civil Predial Comercial e Automóvel de Santiago do Cacém sob nº 2318/20100301, por acordo direto, Linhambiente S.A., para o exercício da sua atividade de indústria e armazenamento –valorização de resíduos não metálicos e recolha de outros resíduos não perigosos, a que correspondem os CAE -Principal 38322 –Secundário 38112-R3.

DOIS-O lote tem a área de 3.770,63m² e será alienado em regime de propriedade plena, pelo valor de 47.585,35€ (quarenta e sete mil quinhentos e oitenta e cinco euros e trinta e cinco centimos). O pagamento será efetuado de acordo com as condições previstas no Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém, a saber: 30% do preço como sinal, com a assinatura do Contrato de Promessa de Compra e Venda, e o remanescente que equivale a 70%, no ato da escritura de compra e venda. -----

TRÊS-Aprovar a Minuta do Contrato Promessa de Compra e Venda, conforme documento anexo, o qual deverá ser celebrado no prazo de 15 dias após a notificação para o efeito. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número duzentos e vinte e dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da reunião. -----

FUNDAMENTOS: UM-De acordo com a alínea g) do nº 1 do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro na redação vigente. -----

DOIS -De acordo com o Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: ANA MARGARIDA VILHENA DA CRUZ -----

ASSUNTO: Lote nº 18 da Expansão O, do Parque Empresarial do Cercal do Alentejo - Revogação do Contrato Promessa Compra e Venda. -----

LOCALIZAÇÃO: Cercal do Alentejo. -----

REFERÊNCIA: Processo nº 2023/300.10.003/41 de 05 de maio de 2023, do Serviço de Aprovisionamento e Património da Divisão de Administração Geral e Financeira. -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente Álvaro Beijinha. -----

PROPOSTA: Resolver o Contrato-Promessa de Compra e Venda outorgado entre o Município de Santiago do Cacém e a Senhora Ana Margarida Vilhena da Cruz, em 06/11/2012, relativo à alienação do lote nº 18 da Expansão 0 do Parque Empresarial do Cercal do Alentejo, inscrito sob o artigo matricial 3881º e descrito na Conservatória do Registo Civil Predial Comercial e Automóvel de Santiago do Cacém sob a ficha nº 1904/20080827, da freguesia do Cercal. -----

FUNDAMENTOS: UM -Nos termos do previsto no nº 1 da cláusula sexta, face ao incumprimento das obrigações previstas no nº 1 da cláusula quinta, ambas do contrato-promessa de compra e venda. -----

DOIS -De acordo com a alínea g) do nº 1 do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro na redação vigente. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**DELIBERAÇÃO:** Retirada a proposta para reformulação. -----

**ENTIDADE:** MEIVCORE, LDA. -----

**ASSUNTO:** Constituição de Hipoteca sobre o Lote nº 17 do Loteamento Municipal da Zona de Industria Ligeira, Exp. III, em Vila Nova de Santo André.-----

**LOCALIZAÇÃO:** Vila Nova de Santo André. -----

**REFERÊNCIA:** Processo número: 2023/300.50.200/63, de 28/11/2023, do Serviço de Aprovisionamento e Património. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha -----

**PROPOSTA:** Autorizar a empresa MEIVCORE, LDA, a constituir hipoteca sobre o lote nº 17, sito no Loteamento Municipal da Zona de Industria Ligeira, Exp. III, em Vila Nova de Santo André, junto da Caixa Geral de Depósitos, para garantia de empréstimo no montante máximo de 780 500,00€, e que a mesma prevaleça no caso de reversão. -----

**FUNDAMENTOS:** **UM** - De acordo com o solicitado pela requerente, e conforme as condições de constituição do direito de superfície; -----

**DOIS** - Nos termos da alínea g) do nº 1 do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade-----

**AUSÊNCIA TEMPORÁRIA** do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

**ENTIDADE:** MUNICIPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Nomeação da Fiscalização e Coordenador de Segurança em Obra da Empreitada de execução das infraestruturas do loteamento da Fonte do Cortiço, em Vila Nova de Santo André. -----

**LOCALIZAÇÃO:** Vila Nova de Santo André-----

**REFERÊNCIA:** Processo nº2023/300.10.001/14 de 04-07-2023, do Serviço de provisionamento e Património. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** **UM** -Aprovar como representante do dono de obra e diretor de fiscalização da obra, a Técnica Superior, Cláudia Rita da Silva Jorge, Engª Civil da Divisão de Projeto e Obras.-----

**DOIS** -Aprovar o diretor de fiscalização como representante do dono de obra, em todas as vistorias a realizar, para efeitos de receção da obra, verificação de anomalias e libertação de garantias. -----

**TRÊS** -Aprovar como coordenador de segurança da obra, a Técnica Superior, Cláudia Rita da Silva Jorge, Engª Civil da Divisão de Projeto e Obras. -----

**FUNDAMENTOS:** **UM** -A empreitada em referência, foi adjudicada por deliberação da reunião de Câmara de 26-10-2023, à empresa Submerci, Construção e Urbanizações, Lda.-----

**DOIS** -Ao abrigo do artigo 344º do código dos contratos públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º18/08 de 29 de janeiro na redação atual e respetiva legislação complementar e artigo 9.ºdo Decreto-Lei n.º273/20 03 de 29 de outubro. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Álvaro Beijinha, do Senhor Vereador Albano Pereira, das Senhoras Vereadoras Sónia Gonçalves e Mónica Aguiar, eleitos da CDU. -----

Três abstenções do Senhor Vereador Artur Ceia e da Senhora Vereadora Susana Pádua, eleitos do PS e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**ENTIDADE:** MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Transferência de verbas para apoio ao movimento associativo desportivo municipal.-----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----

**REFERÊNCIA:** Processo 2023/850.10.002.01/22, do Serviço Municipal de Desporto. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** Aprovar os protocolos e a transferência de verbas para as Associações Desportivas do Município: -----

<b>ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS DO LITORAL ALENTEJANO</b> -----	<b>498,49€</b>
<b>CENTRO EQUESTRE DE SANTO ANDRÉ</b> -----	<b>2.209,57€</b>
<b>CHAPARROS BTT TEAM ASSOCIAÇÃO</b> -----	<b>1.951,87€</b>
<b>CLUBE DE TÊNIS DE SANTO ANDRÉ</b> -----	<b>3.146,22€</b>
<b>CLUBE GALP (PETROGAL)</b> -----	<b>3.943,51€</b>
<b>CLUBE SANTIAGO VOLEIBOL V4All</b> -----	<b>4.008,08€</b>
<b>CLUBE DE ORIENTAÇÃO E AVENTURA L.A.</b> -----	<b>8.102,25€</b>
<b>ESTRELA DE SANTO ANDRÉ</b> -----	<b>35.860,68€</b>
<b>FUTEBOL CLUBE ALVALADENSE</b> -----	<b>21.759,59€</b>
<b>ATLÉTICO BASQUETE CLUBE</b> -----	<b>34.754,73€</b>
<b>GRUPO DESPORTIVO DA REPSOL</b> -----	<b>7.012,66€</b>
<b>GRUPO DESPORTIVO DE S. FRANCISCO</b> -----	<b>8.705,69€</b>
<b>GRUPO DESPORTIVO DE SANTA CRUZ</b> -----	<b>3.355,03€</b>
<b>GRUPO MOTARD DE SANTIAGO DO CACÉM</b> -----	<b>380,47€</b>
<b>GRUPO MOTARD DE SANTO ANDRÉ</b> -----	<b>232,72€</b>
<b>GRUPO MOTARD RODAR LENTO</b> -----	<b>1.470,28€</b>
<b>HOCKEY CLUB DE SANTIAGO</b> -----	<b>16.865,60€</b>
<b>JUVENTUDE ATLÉTICO CLUBE</b> -----	<b>16.456,53€</b>
<b>KOTAS BIKE TEAM</b> -----	<b>5.659,69€</b>
<b>OS VILAS</b> -----	<b>2.379,73€</b>
<b>S. COLUMBÓFILA LITORAL ALENTEJANO</b> -----	<b>1.265,24€</b>
<b>SANTO ANDRE SPORT CLUBE</b> -----	<b>1.498,37€</b>
<b>SOCIEDADE DA JUVENTUDE CERCALENSE</b> -----	<b>11.510,68€</b>
<b>SPORTING FUTEBOL CLUBE ABELENSE</b> -----	<b>4.900,01€</b>
<b>UNIÃO SPORT CLUB</b> -----	<b>37.532,39€</b>
<b>VITÓRIA FUTEBOL CLUBE ERMIDENSE</b> -----	<b>1.876,32€</b>
<b>CLUBE DE TIRO DESPORTIVO DE SANTIAGO DO CACÉM</b> -----	<b>7.114,62€</b>
<b>CASA DO BENFICA DE SANTIAGO DO CACÉM</b> -----	<b>330,13€</b>
<b>MOTO SPORT DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ</b> -----	<b>1.399,17€</b>
<b>ASSOCIAÇÃO AMIGOS “COLA PISTONS”</b> -----	<b>620,96€</b>
<b>GRUPO DESPORTIVO “OS RELVENSES”</b> -----	<b>624,88€</b>
<b>ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM DO LITORAL ALENTEJANO</b> -----	<b>2.492,57€</b>

Documentos que são dados como reproduzidos na presente Ata, com o número duzentos e vinte e três, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricados pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da reunião. -----

**FUNDAMENTOS:** UM- De acordo com o Regulamento para atribuição de apoios financeiros ao Movimento Associativo Desportivo do Município de Santiago do Cacém, aprovado pela Câmara Municipal em 13 de agosto de 2015 e pela Assembleia Municipal em 18 de setembro de 2015, propõe-se a celebração dos presentes Protocolos que visam formalizar o apoio concedido pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém, para o desenvolvimento das suas atividades regulares.-----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Tais apoios, de ordem financeira, constituem um importante meio para a concretização dos Planos de Atividade apresentados pelos clubes referente ao período de 01 de setembro de 2022 a 31 de agosto de 2023. -----

**DOIS-** Ao abrigo da alínea u) do artº33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por maioria, com seis votos a favor do Senhor Presidente Álvaro Beijinha, do Senhor Vereador Albano Pereira, das Senhoras Vereadoras Sónia Gonçalves e Mónica Aguiar, eleitos da CDU, do Senhor Vereador Artur Ceia e da Senhora Vereadora Susana Pádua, eleitos do PS. -----

Uma abstenção do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO:** Pelo Senhor Vereador Luis dos Santos eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Por norma tenho votado favoravelmente, no entanto, num regulamento que foi recentemente sujeito a alteração e ainda assim é necessário um rateio superior a 30%, alguma coisa não está bem, este poderá ser um problema para a Câmara Municipal e ser seguramente um problema para os respetivos Clubes”. -----

**ENTIDADE:** MUNICIPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Liberação parcial da Garantia Bancária a (2º ano), da empreitada de Requalificação do C.M. nº 1085 -Vila Nova de Santo André/ Brescos -----

**LOCALIZAÇÃO:** Santo André -----

**REFERÊNCIA:** Processo nº2020/300.10.001/28 de 18-12-2020, da Secção de Aprovisionamento e Património. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** UM–Aprovar a liberação de 30% de duas cauções cujo valor inicial é de 33.314,71€, cada, relativo ao 2º ano do período de garantia, sendo o valor a liberar de 9.994,41€ (nove mil, novecentos, noventa e quatro euros e quarenta e um cêntimo) de cada caução, o que totaliza o valor a liberar de 19.988,82€. -----

**FUNDAMENTOS: De Facto:** A empreitada em referência foi adjudicada à empresa Construções, J.J.R. & Filhos, S.A., por deliberação de Câmara de 04/02/2021, foi consignada a 15/03/2021 e teve a receção provisória a 30/08/2021. -----

Correspondendo ao 2º Ano do período de garantia, realizou-se a vistoria à obra em referência, para efeitos de verificação de anomalias e dado que a mesma não continha anomalias imputáveis ao empreiteiro, estão assim reunidas as condições necessárias para a liberação da parcela (30%) correspondente à caução e reforço de caução, do aludido contrato. -----

**De Direito:** nº 5Art.º 295º e 397º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro na redação atual e respetiva legislação complementar. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Álvaro Beijinha, do Senhor Vereador Albano Pereira, das Senhoras Vereadoras Sónia Gonçalves e Mónica Aguiar, eleitos da CDU. -----

Três abstenções do Senhor Vereador Artur Ceia e da Senhora Vereadora Susana Pádua, eleitos do PS e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais. -----

**ENTIDADE:** MUNICIPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** 2º Cálculo de Revisão de Preços Provisório -Requalificação do Espaço Público do Bairro dos Serrotes, em Vila Nova de Santo André. -----

**LOCALIZAÇÃO:** Vila Nova de Santo André -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**REFERÊNCIA:** Processo nº 2022/300.10.001/3 de 13-01-2022, do Serviço de Aproveitamento e Património.-----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha.-----

**PROPOSTA:UM** –Aprovar o 2º cálculo da revisão de preços provisório, da empreitada de Requalificação do Espaço Público do Bairro dos Serrotes, em Vila Nova de Santo André, no valor de 64.037,13€, acrescido de IVA, no total de 67.879,36€, (sessenta e sete mil, oitocentos, setenta e nove euros e trinta e seis centavos), a fim de o mesmo ser enviado ao empreiteiro para posterior faturação de 16.327,83€, ou seja, o diferencial em relação ao valor já faturado, no primeiro cálculo de revisão de preços.-----

**FUNDAMENTOS: UM** –A empreitada em referência, foi adjudicada por deliberação da reunião de Câmara de 21-03-2022, à empresa Vibeiras -Sociedade Comercial de Plantas, S.A., sendo que, em 14-12-2022, através do doc. 38955, foi comunicado à Câmara Municipal, a incorporação da empresa Vibeiras, na empresa Mota-Engil Ativ –Gestão e Manutenção de Ativos, S.A., numa operação de fusão por incorporação.-----

O contrato de empreitada é escrito nº 33/2022, no valor de 1.687.836,37€, a que acresce o IVA, totalizando o valor de 1.789.106,55€.-----

Até à presente data foram faturados 11 autos de medição, no valor de 787.575,49€, acrescido de IVA, no total de 834.830,02€.-----

**DOIS**-De acordo com o artº 382º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto lei Nº 18/2008 de 29 de janeiro na redação atual e respetiva legislação complementar, e cláusula 38ª do caderno de encargos do referido procedimento.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar-----

**FORMA:** : Por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Álvaro Beijinha, do Senhor Vereador Albano Pereira, das Senhoras Vereadoras Sónia Gonçalves e Mónica Aguiar, eleitos da CDU.-----

Três abstenções do Senhor Vereador Artur Ceia e da Senhora Vereadora Susana Pádua, eleitos do PS e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

**ENTIDADE: AMAZING GLANPING, LDA**-----

**ASSUNTO: Licenciamento Especial de Ruído**-----

**LOCALIZAÇÃO:** Reserva Alecrim –Fonte Nova –Ademas-----

**REFERÊNCIA:** Processo de Licenciamento Nº. 2023/450.10.215/76de 29/11/2023 da DAGF/SAG/Taxas e Licenças.-----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha.-----

**PROPOSTA:** Se aprove o licenciamento Especial de Ruído para a realização de Lançamento de Fogo de Artifício, no dia 01 de janeiro de 2024 pelas 00.00h, promovido pela Amazing Glanping, Lda.-----

**FUNDAMENTOS:** É competência da Câmara Municipal o Licenciamento Especial de Ruído ao abrigo do artigo 15º do regulamento Especial de Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº9/2007 de 17/01;-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar-----

**FORMA:** Por unanimidade-----

**ENTIDADE: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SANTO ANDRÉ**-----

**ASSUNTO: Corta Mato Escolar Concelhio –Santo André –Subsídio de Organização**-----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém-----

**REFERÊNCIA:** Processo 2023/900.10.002/63, da Divisão de Cultura e Desporto.-----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente Álvaro Beijinha.-----

**PROPOSTA:** Aprovar a transferência de verba no valor de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros) referente ao apoio que o Agrupamento de Escolas de Santo André prestou para a

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

concretização do evento supra referido realizado no dia 14 de novembro de 2023, nomeadamente: -----

Divulgação da iniciativa; -----

Processo de inscrições dos alunos junto dos Professores de Educação Física; -----

Cedência de instalações -----

**FUNDAMENTOS: UM** -As Escolas que colaboram na organização do Corta Mato Escolar Concelhio prestam um apoio muito importante na sua divulgação e organização, contribuindo assim, para a dinâmica desportiva do nosso Concelho. -----

**DOIS**- Ao abrigo da alínea u) do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade-----

**ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTIAGODO CACÉM** -----

**ASSUNTO: Transferência de verba** -----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----

**REFERÊNCIA:** Processo número 2023/850.10.003.01/15da Divisão de Cultura e Desporto. -

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Sónia Gonçalves. -----

**PROPOSTA:** Aprovar a transferência de uma verba no valor de 4.750,00€ (quatro mil setecentos e cinquenta euros) para a Pedra Angular –Associação de Salvaguarda do Património do Alentejo, como forma de apoio à realização da 19ª Edição do Festival Terras Sem Sombra–Festival do Baixo Alentejo, no Município de Santiago do Cacém. -----

**FUNDAMENTOS: UM**-O Festival Terras Sem Sombra –Festival do Baixo Alentejo, é um evento de relevância, para o Município de Santiago, bem como para toda a região do Alentejo;

**DOIS**- Compete à Câmara Municipal apoiar as atividades de natureza social, cultural, educativa, recreativa, entre outras de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, público no anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade-----

**ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM** -----

**ASSUNTO: Transferência de verba** -----

**LOCALIZAÇÃO:** Ermidas Sado -----

**REFERÊNCIA:** Processo número 2023/850.10.002.01/16 de 22/08/2023 da Divisão de Cultura e Desporto. -----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Sónia Gonçalves -----

**PROPOSTA:** Aprovar a transferência de uma verba no valor de 1000,00€ (mil euros) para o Grémio Ermidense Primeiro de Agosto destinada a apoiar a atividade regular da Associação em 2023. -----

**FUNDAMENTOS: UM**- O Grémio Ermidense Primeiro de Agosto constituído em 16 de novembro de 1990, é uma associação que tem por fim a dinamização cultural da localidade de Ermidas-Sado, bem como a divulgação e informação referente a todos os assuntos de cariz sócio culturais, que digam respeito á dita localidade e região onde se insere. -----

**DOIS** –Ao abrigo da alínea u) do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Álvaro Beijinha, do Senhor Vereador Albano Pereira, das Senhoras Vereadoras Sónia Gonçalves e Mónica Aguiar, eleitos da CDU. -----

Três abstenções do Senhor Vereador Artur Ceia e da Senhora Vereadora Susana Pádua, eleitos do PS e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais.

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**DECLARAÇÃO DE VOTO:** Pelo Senhor Vereador Artur Ceia e pela Senhora Vereadora Susana Pádua, eleitos do PS, e pelo Senhor Vereador Luis dos Santos eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais, foi apresentada a seguinte declaração de voto: "Abstemo-nos por desconhecer qual o critério para atribuição destas verbas, dado que não existe um Regulamento Municipal para o efeito". -----

**ENTIDADE:** MARIA TERESA PEREIRA VARELA -----

**ASSUNTO:** Transmissão do Lote nº 12 do Loteamento Municipal de S. Domingos.-----

**LOCALIZAÇÃO:** S. Domingos. -----

**REFERÊNCIA:** Processo nº 2023/300.10.003/31 de 28 de abril, do Serviço de Aprovisionamento e Património da Divisão de Administração Geral e Financeira. -----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Sónia Gonçalves. -----

**PROPOSTA:** UM -Aprovar a transmissão do lote nº 12 do Loteamento Municipal de S. Domingos, inscrito na matriz com o artigo nº 1488º e descrito na CRCPCA sob a ficha nº 1211/20081006, para Elsa Andreia Pereira Correia, moradora em Av. Manuel da Fonseca, Lote 1 -3º Esq., em Vila Nova de Santo André. -----

**DOIS** -Mantêm-se para o transmissário as obrigações constantes nas condições da hasta pública, assumidas pelo adquirente inicial. -----

**TRÊS** -Deve a requerente apresentar no prazo de 30 dias após a celebração da respetiva escritura, cópia da mesma, no Serviço de Aprovisionamento e Património. -----

**FUNDAMENTOS:** UM -De acordo com a alínea g) do nº 1 do art.º 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente

**DOIS** -Conforme solicitado por requerimento de 21 de novembro de 2023.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade -----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Serviço de Atendimento e Acompanhamentos Social (SAAS) –Proposta de Atribuição de Prestação Pecuniária de Caráter Eventual.-----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----

**REFERÊNCIA:** Processo número 2023/650.20.001/419, de 21/11/2023, Divisão de Educação, Intervenção Social e Saúde -----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Sónia Gonçalves. -----

**PROPOSTA:** Aprovar a atribuição da prestação de caráter eventual, ao agregado familiar alargado composto por dois adultos, com o processo n.º 202347826 do Sistema Informático da Segurança Social (SISS), no valor de 543,20€ (quinhentos e quarenta e três euros e vinte cêntimos), de caráter excecional e temporário a ser pago em dezembro de 2023. -----

**FUNDAMENTOS:** UM – Na sequência do atendimento e acompanhamento efetuado pela equipa do SAAS, verificou-se a necessidade de se atribuir uma prestação pecuniária de caráter eventual, ao agregado familiar alargado com o processo supramencionado, por se encontrar em situação de grande vulnerabilidade socioeconómica, habitacional e de saúde.-----

**DOIS** – O Município de Santiago do Cacém, no âmbito do processo de descentralização administrativa da ação social (suportados pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, pelos Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro), e pelo n.º 2, Art.º 5, da Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, assumiu as competências dos serviços públicos do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) (Ação Social e Rendimento Social de Inserção (RSI)), desde o dia 3 de abril de 2023, inclusive; -----

Art.º 25, das Normas Provisórias e Transitórias de Funcionamento e Organização do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e de Atribuição de Prestações Pecuniárias

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

de Carácter Eventual em Situações de Carência Económica e de Risco Social do Município de Santiago do Cacém, aprovadas na Reunião de Câmara de 30/03/2023. -----

Alínea h), do Art.º 23, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade -----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) – Proposta de Atribuição de Prestação Pecuniária de Carácter Eventual -----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém. -----

**REFERÊNCIA:** Processo número 2023/650.20.001/427, de 24/11/2023, da Divisão de Educação, Intervenção Social e Saúde. -----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Sónia Gonçalves. -----

**PROPOSTA:** Aprovar a atribuição da prestação de carácter eventual, ao agregado familiar monoparental, composto por um adulto, e uma criança, com o processo n.º 202348332 do Sistema Informático da Segurança Social (SISS), no valor de 322,40€ (trezentos e vinte e dois euros e quarenta cêntimos), de carácter excecional e temporário a ser pago em dezembro de 2023. -----

**FUNDAMENTOS:** **UM** – Na sequência do atendimento e acompanhamento efetuado pela equipa do SAAS, verificou-se a necessidade de se atribuir uma prestação pecuniária de carácter eventual, ao agregado familiar monoparental com o processo supramencionado, por se encontrar em situação de grande vulnerabilidade socioeconómica, habitacional e de saúde. ----

**DOIS** – O Município de Santiago do Cacém, no âmbito do processo de descentralização administrativa da ação social (suportados pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, pelos Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro), e pelo n.º 2, Art.º 5, da Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, assumiu as competências dos serviços públicos do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) (Ação Social e Rendimento Social de Inserção (RSI)), desde o dia 3 de abril de 2023, inclusive; -----

Art.º 25, das Normas Provisórias e Transitórias de Funcionamento e Organização do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Carácter Eventual em Situações de Carência Económica e de Risco Social do Município de Santiago do Cacém, aprovadas na Reunião de Câmara de 30/03/2023. -----

Alínea h), do Art.º 23, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade -----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) – Proposta de Atribuição de Prestação Pecuniária de Carácter Eventual -----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----

**REFERÊNCIA:** Processo número 2023/650.20.001/404, de 13/11/2023, da Divisão de Educação, Intervenção Social e Saúde -----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Sónia Gonçalves. -----

**PROPOSTA:.** Aprovar a atribuição da prestação de carácter eventual, ao agregado familiar nuclear, sem filhos, composto por dois adultos, com o processo n.º 202345783 do Sistema Informático da Segurança Social (SISS), no valor de 154,24€ (cento e cinquenta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos), de carácter excecional e temporário a ser pago em dois meses, em novembro e dezembro de 2023. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**FUNDAMENTOS: UM** – Na sequência do atendimento e acompanhamento efetuado pela equipa do SAAS, verificou-se a necessidade de se atribuir uma prestação pecuniária de carácter eventual, ao agregado familiar nuclear com o processo supramencionado, por se encontrar em situação de grande vulnerabilidade socioeconómica, habitacional e de saúde. -----

**DOIS** – O Município de Santiago do Cacém, no âmbito do processo de descentralização administrativa da ação social (suportados pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, pelos Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro), e pelo n.º 2, Art.º 5, da Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, assumiu as competências dos serviços públicos do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) (Ação Social e Rendimento Social de Inserção(RSI)), desde o dia 3 de abril de 2023, inclusive; -----

Art.º 25, das Normas Provisórias e Transitórias de Funcionamento e Organização do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Carácter Eventual em Situações de Carência Económica e de Risco Social do Município de Santiago do Cacém, aprovadas na Reunião de Câmara de 30/03/2023. -----

Alínea h), do Art.º 23, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade-----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) – Proposta de Atribuição de Prestação Pecuniária de Carácter Eventual -----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----

**REFERÊNCIA:** Processo número 2023/650.20.001/423, de 23/11/2023, da Divisão de Educação, Intervenção Social e Saúde. -----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Sónia Gonçalves. -----

**PROPOSTA:** Aprovar a atribuição da prestação de carácter eventual, ao agregado familiar alargado, composto por dois adultos e três crianças, com o processo n.º 202348148 do Sistema Informático da Segurança Social (SISS), no valor de 1.009,40€ (mil e nove euros e quarenta cêntimos), de carácter excecional e temporário a ser pago em dezembro de 2023. -----

**FUNDAMENTOS: UM** – Na sequência do atendimento e acompanhamento efetuado pela equipa do SAAS, verificou-se a necessidade de se atribuir uma prestação pecuniária de carácter eventual, ao agregado familiar alargado, composto por dois adultos e três crianças com o processo supramencionado, por se encontrar em situação de grande vulnerabilidade socioeconómica, habitacional e de saúde. -----

**DOIS** – O Município de Santiago do Cacém, no âmbito do processo de descentralização administrativa da ação social (suportados pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, pelos Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro), e pelo n.º 2, Art.º 5, da Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, assumiu as competências dos serviços públicos do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) (Ação Social e Rendimento Social de Inserção (RSI)), desde o dia 3 de abril de 2023, inclusive; -----

Art.º 25, das Normas Provisórias e Transitórias de Funcionamento e Organização do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Carácter Eventual em Situações de Carência Económica e de Risco Social do Município de Santiago do Cacém, aprovadas na Reunião de Câmara de 30/03/2023. -----

Alínea h), do Art.º 23, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade-----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**ENTIDADE:** MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----  
**ASSUNTO:** Transferência de Verba – Sociedade Harmonia -----  
**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----  
**REFERÊNCIA:** Processo número 2023/850.10.003.01/24 de 16/11/2023 da Divisão de Cultura e Desporto. -----  
**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Sónia Gonçalves -----  
**PROPOSTA:** Aprovar a transferência de uma verba no valor de 2000,00€ (dois mil euros) para a Sociedade Harmonia destinada a apoiar os Concertos de Natal do Coral Harmonia no corrente ano. -----  
**FUNDAMENTOS:** **UM**– Estes concertos para além de serem importantes na valorização do trabalho que o Coral Harmonia e o Coral Harmonia Juvenil desenvolvem, proporcionam aos municípios a oportunidade de usufruir da magia da música na época natalícia. -----  
**DOIS**- Ao abrigo da alínea u) do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----  
**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----  
**FORMA:** Por unanimidade -----

**ENTIDADE:** MARIA DE JESUS VARELA SIMÕES MENDONÇA PINTO -----  
**ASSUNTO:** Certidão de Destaque Urbano -----  
**LOCALIZAÇÃO:** Vale de Água, União das Freguesias de São Domingos e Vale de Água.---  
**REFERÊNCIA:** Processo 44/2023/10, datado de 18/08/2023, da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, em nome de Maria de Jesus Varela Simões Mendonça Pinto.-----  
**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Mónica Aguiar. -----  
**PROPOSTA:** Emitir Certidão de Destaque Urbano, para o prédio inscrito na matriz rústica sob o artigo 21 e artigo 91, ambos da secção N, descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 230/19870415, sito na Rua Dr. Evaristo Gago, em Vale de Água, da União das Freguesias de São Domingos e Vale de Água. A parcela a destacar ficará com a área de 11.174,796 m2e a parcela remanescente 896,332 m2. -----  
**FUNDAMENTOS:** **De Facto: UM:** Através do requerimento n.º 28588, de 18/08/2023, e a junção de elementos registada com a entrada 27784 de 14/08/2023, foi solicitada a emissão de certidão de destaque dentro do perímetro urbano, nos termos do nº 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua atual redação, e artigo 25º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização. -----  
**DOIS:** Foi apresentado levantamento topográfico subscrito por técnico habilitado. -----  
**TRÊS:** O prédio objeto do pedido localiza-se em Vale de Água, está inscrito na matriz rústica sob o artigo 21 e artigo 91, secção N, descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 230/19870415, da União das Freguesias de São Domingos e Vale de Água. -----  
**QUATRO:** As duas parcelas objeto do pedido de destaque (a destacar e remanescente) têm inscrições matriciais autónomas, não confinam fisicamente entre si, mas estão descritas sob o mesmo prédio no registo predial. -----  
**CINCO:** As edificações e ruínas implantadas na parcela a destacar e na parcela remanescente estão isentas de autorização de utilização por terem sido construídas em data anterior a 10/01/1968 (aplicação extensiva do RGEU a todo o concelho).-----  
**SEIS:** Ambas as parcelas confrontam com arruamento/caminho público (requisito legal exigido) nos termos do artigo 6.º n.º 4 do RJUE e ficarão com as seguintes áreas:-----  
**Parcela a destacar** (correspondente ao artigo rústico 21-N, tem implantado o artigo urbano 302) -----  
Área registada 11.750,00 m2-----  
Área ocupada pela via pública 147,93m2 -----  
**Área efetivamente existente cfr. levantamento topográfico 11.174,796m2** -----  
Assim considerando que: -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Área registada (11.750,00 m<sup>2</sup>) - área ocupada pela via pública (147,93 m<sup>2</sup>) = 11.602,07m<sup>2</sup> ---  
Diferença de áreas - 11.602,07m<sup>2</sup> - 11.174,796m<sup>2</sup> (levantamento topográfico) = 427,274 m<sup>2</sup>  
corresponde a uma discrepância de 3,68% da área do prédio, pelo que nos termos do artigo 28.º A, alínea c) do Código do Registo Predial, dispensa a harmonização se diferença de áreas não ultrapassar os 10%. -----

**Parcela remanescente** (corresponde ao artigo rústico 91-N, tem implantado o artigo urbano 536 e edificação em ruínas omissa na matriz) -----

Área registada (não atualizada após desanexações) -3.264,20m<sup>2</sup> -----

Área das desanexações 2.018,78 + 86,5 + 49,5 = 2.154,78m<sup>2</sup> -----

Área ocupada pela via pública- 174,50m<sup>2</sup> -----

**Área efetivamente existente cfr. levantamento topográfico 896,332m<sup>2</sup>** -----

Assim considerando que: -----

Área registada (3.264,20m<sup>2</sup>) – área de desanexações (2.154,78m<sup>2</sup>) – área ocupada pela via pública (174,50m<sup>2</sup>) = 934,92m<sup>2</sup> -----

Diferença de áreas - 934,92m<sup>2</sup> - 896,332m<sup>2</sup> (levantamento topográfico) = 38,588 m<sup>2</sup>  
corresponde a uma discrepância de 4,13% da área do prédio, pelo que nos termos do artigo 28.º A, alínea c) do Código do Registo Predial, dispensa a harmonização se diferença de áreas não ultrapassar os 10%. -----

**SETE:** Não é permitido efetuar na área correspondente ao prédio originário, novo destaque por um prazo de 10 anos, contados da data do destaque anterior. -----

**OITO:** O ónus do não fracionamento deverá ser inscrito no registo predial sobre as duas parcelas resultantes do destaque. -----

**NOVE:** A pretensão reúne os requisitos legais para a operação de destaque, pelo que se propõe a emissão da respetiva certidão nos termos indicados. -----

**DEZ:** A certidão emitida pela câmara municipal constitui documento bastante para efeitos de registo predial da parcela destacada. -----

**De Direito:** Nos termos do disposto no artigo 6.º n.ºs 4, 6, 7 e 9 do RJUE. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade -----

**AUSÊNCIA TEMPORÁRIA** da Senhora Vereadora Sónia Gonçalves, eleita pela CDU.-----

**ENTIDADE:** ANTÓNIO PEDRO MATEUS NOBRE DE CARVALHO -----

**ASSUNTO:** Aprovar a implantação de uma destilaria tradicional -----

**LOCALIZAÇÃO:** Botico Velho, Abela, freguesia de Abela. -----

**REFERÊNCIA:** Processo 01/2023/136 de 04.10.2023 da Divisão do Ordenamento e Gestão Urbanística. -----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Mónica Aguiar. -----

**PROPOSTA:** Aprovar a implantação de uma destilaria tradicional, nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no Território Continental (SGIFR), no prédio denominado “Botico Velho”, Abela, inscrito na matriz predial rustica sob o artigo 32, Secção N e na matriz predial urbana sob o artigo 73, descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 108/19860909, da freguesia de Abela -----

**FUNDAMENTOS:** A implantação da destilaria tradicional, será executada a mais de 15 metros da estrema do prédio, pelo que, cumpre o disposto no n.º 3 do artigo 28.º e o n.º 2 do artigo 32.º do Plano Diretor Municipal de Santiago do Cacém, bem como o n.º 3 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no Território Continental (SGIFR). -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**FORMA:** Por maioria, com seis votos a favor do Senhor Presidente Álvaro Beijinha, do Senhor Vereador Albano Pereira, das Senhoras Vereadoras Sónia Gonçalves e Mónica Aguiar, eleitos da CDU, da Senhora Vereadora Susana Pádua, eleita do PS e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

Uma abstenção do Senhor Vereador Artur Ceia, eleito pelo PS. -----

**OBSERVAÇÕES:** O Senhor Vereador Artur Ceia referiu que sem colocar em causa o mérito do pedido e dos pareceres, é de entender que a deliberação de Câmara deveria ser precedida do parecer da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais e não o contrário. ----

**ENTIDADE:** JOÃO PEDRO DE ALMEIDA PIMENTEL -----

**ASSUNTO:** Aprovar a ampliação da área coberta e alteração da cobertura de um apoio agrícola -----

**LOCALIZAÇÃO:** Monte dos Touris, Santiago do Cacém, freguesia da União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.-----

**REFERÊNCIA:** Processo 01/2021/24, datado de 22.02.2021 da Divisão do Ordenamento e Gestão Urbanística.-----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Mónica Aguiar. -----

**PROPOSTA:** Aprovar a ampliação da área coberta e alteração da cobertura de um apoio agrícola, nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no Território Continental (SGIFR), no prédio denominado “Monte dos Touris”, Santiago do Cacém, inscrito na matriz predial rustica sob o artigo 20, Secção A descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 2803/20071001, da freguesia de União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.-----

**FUNDAMENTOS:** A ampliação da área coberta e alteração da cobertura de um apoio agrícola, será executada a mais de 15 metros da estrema do prédio, pelo que, cumpre o disposto no n.º 3 do artigo 28.º e o n.º 2 do artigo 32.º do Plano Diretor Municipal de Santiago do Cacém, bem como o n.º 3 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no Território Continental (SGIFR).-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por maioria, com seis votos a favor do Senhor Presidente Álvaro Beijinha, do Senhor Vereador Albano Pereira, das Senhoras Vereadoras Sónia Gonçalves e Mónica Aguiar, eleitos da CDU, da Senhora Vereadora Susana Pádua, eleita do PS e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

Uma abstenção do Senhor Vereador Artur Ceia, eleito pelo PS. -----

**OBSERVAÇÕES:** O Senhor Vereador Artur Ceia referiu que sem colocar em causa o mérito do pedido e dos pareceres, é de entender que a deliberação de Câmara deveria ser precedida do parecer da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais e não o contrário. ----

**ENTIDADE:** EVA MARIA CASTANHEIRA MARQUES ALLARD. -----

**ASSUNTO:** Aprovar a implantação das dependências agrícolas. -----

**LOCALIZAÇÃO:** Garrocheirinha Nova- São Domingos - União das Freguesias de São Domingos e Vale de Água.-----

**REFERÊNCIA:** Processo n.º 01/2022/162, datado de 25/11/2022, da Divisão do Ordenamento e Gestão Urbanística em nome de Eva Maria Castanheira Marques Allard.-----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Mónica Aguiar. -----

**PROPOSTA:** Aprovar a implantação das dependências agrícolas, nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no Território Continental (SGIFR), no prédio denominado “Garrocheirinha Nova” – São Domingos, União das Freguesias de São Domingos e Vale de Água, inscrito na

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

matriz predial rústica sob o artigo 21 secção J, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 983 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 93/19850523, São Domingos, União das Freguesias de São Domingos e Vale de Água. -----

**FUNDAMENTOS:** A implantação das dependências agrícolas, será executada a mais de 15 metros da estrema do prédio, pelo que, cumpre o disposto no n.º 3 do artigo 28.º e o n.º 2 do artigo 32.º do Plano Diretor Municipal de Santiago do Cacém, bem como o n.º 3 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no Território Continental (SGIFR). -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por maioria, com seis votos a favor do Senhor Presidente Álvaro Beijinha, do Senhor Vereador Albano Pereira, das Senhoras Vereadoras Sónia Gonçalves e Mónica Aguiar, eleitos da CDU, da Senhora Vereadora Susana Pádua, eleita do PS e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

Uma abstenção do Senhor Vereador Artur Ceia, eleito pelo PS. -----

**OBSERVAÇÕES:** O Senhor Vereador Artur Ceia referiu que sem colocar em causa o mérito do pedido e dos pareceres, é de entender que a deliberação de Câmara deveria ser precedida do parecer da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais e não o contrário. ---

**ENTIDADE:** PAULO CUNHA MOTA SOARES DE OLIVEIRA -----

**ASSUNTO:** Pedido de redução de 50% nas taxas urbanísticas para alvará de obras de alteração e ampliação de edifício destinado a habitação unifamiliar.-----

**LOCALIZAÇÃO:** Rua 1.º de dezembro –Santiago do Cacém. -----

**REFERÊNCIA:** Processo 01/2022/95 da Divisão do Ordenamento e Gestão Urbanística e requerimento nº 22315 de 06/07/2023 em nome de Paulo Cunha Mota Soares de Oliveira. ----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Mónica Aguiar. -----

**PROPOSTA:** Aprovar o pedido de redução de 50% do pagamento de taxas urbanísticas, para alvará de obras de alteração e ampliação de edifício destinado a habitação unifamiliar, no valor total de 650,43€, sendo 325,22€ (trezentos e vinte e cinco euros e vinte e dois cêntimos), o valor a pagar. -----

**FUNDAMENTOS:** UM-A redução enquadra-se nos incentivos financeiros atribuídos às operações urbanísticas de reabilitação de edifícios inseridos em ARU –Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Santiago do Cacém. -----

DOIS-O Regulamento Municipal de Taxas (publicado no DR 2.ª Série, n.º 243 de 17/12/2009), estatui na alínea h), n.º2 do artigo 8.º, o qual prevê a isenção do pagamento de taxas de urbanismo ou redução em 50% a operações urbanísticas em áreas urbanas, sempre que, se verifique que as mesmas respeitem, quer na sua estrutura arquitetónica, quer nos materiais a utilizar, as características da região, ou contribuam para o processo de recuperação e requalificação de área urbanas para as quais o Município definiu interesse especial de recuperação e requalificação. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por maioria, com seis votos a favor do Senhor Presidente Álvaro Beijinha, do Senhor Vereador Albano Pereira, das Senhoras Vereadoras Sónia Gonçalves e Mónica Aguiar, eleitos da CDU, da Senhora Vereadora Susana Pádua, eleita do PS e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

Uma abstenção do Senhor Vereador Artur Ceia, eleito pelo PS. -----

**ENTIDADE:** PEDRO ALEXANDRE SOEIRO DOS SANTOS CUNHA. -----

**ASSUNTO:** Aprovar a implantação de três anexos agrícolas, constituídos por duas dependências e um depósito de água.-----

**LOCALIZAÇÃO:** Cerca da Vinha– São Francisco da Serra. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**REFERÊNCIA:** Processo n.º 01/2022/155, datado de 23/11/2022, da Divisão do Ordenamento e Gestão Urbanística em nome de Pedro Alexandre Soeiro dos Santos Cunha.---

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Mónica Aguiar. -----

**PROPOSTA:** Aprovar a implantação de três anexos agrícolas, constituídos por duas dependências e um depósito de água, nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no Território Continental (SGIFR), no prédio denominado “Cerca da Vinha” – São Francisco da Serra, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 12 secção B, inscrito na matriz predial urbana sob os artigos 287 e 389 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 629/20060426 da freguesia de São Francisco da Serra. -----

**FUNDAMENTOS:** A implantação dos três anexos agrícolas, constituídos por duas dependências e um depósito de água, será executada a mais de 15 metros da estrema do prédio, pelo que, cumpre o disposto no n.º 3 do artigo 28.º e o n.º 2 do artigo 32.º do Plano Diretor Municipal de Santiago do Cacém, bem como o n.º 3 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no Território Continental (SGIFR). -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por maioria, com seis votos a favor do Senhor Presidente Álvaro Beijinha, do Senhor Vereador Albano Pereira, das Senhoras Vereadoras Sónia Gonçalves e Mónica Aguiar, eleitos da CDU, da Senhora Vereadora Susana Pádua, eleita do PS e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais.-----  
Uma abstenção do Senhor Vereador Artur Ceia, eleito pelo PS. -----

**OBSERVAÇÕES:** O Senhor Vereador Artur Ceia referiu que sem colocar em causa o mérito do pedido e dos pareceres, é de entender que a deliberação de Câmara deveria ser precedida do parecer da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais e não o contrário. ----

**ENTIDADE:** ANA ISABEL AFONSO PINTO DA COSTA CORDEIRO MONTEIRO E ARTUR JOSÉ PINTO CORDEIRO -----

**ASSUNTO:** Certidão de Destaque Urbano. -----

**LOCALIZAÇÃO:** Rua Oliveiros Martins, n.º 13, Ermidas-Sado. -----

**REFERÊNCIA:** Processo 44/2023/5, datado de 10/04/2023, da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística-SJUF, em nome de Ana Isabel Afonso Pinto da Costa Cordeiro Monteiro e Artur José Pinto Cordeiro.-----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Mónica Aguiar. -----

**PROPOSTA:** Emitir Certidão de Destaque Urbano, para o prédio sito na Rua Oliveiros Martins n.º 13 em Ermidas-Sado, inscrito na matriz sob o artigo urbano 1710 (proveniente do artigo 815), descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 924/20001102, com a área total efetiva de 1230 m², da freguesia de Ermidas-Sado.-----

**FUNDAMENTOS: De Facto: UM** – Através do requerimento n.º 10892, de 10/04/2023 e n.º 27784, de 14/08/2023 foi solicitada a emissão de certidão de destaque dentro do perímetro urbano, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua atual redação, e artigo 25º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização. -----

**DOIS** - O prédio objeto do pedido localiza-se na Rua Oliveiros Martins, n.º 13, está inscrito na matriz urbana sob o artigo 1710 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 924/20001102, com a área de 1220 m2, da freguesia de Ermidas-Sado. -----

**TRÊS** – Ambas as parcelas confrontam com arruamento público (requisito legal exigido), nos termos do artigo 6.º n.º 4 do RJUE. -----

**QUATRO** -A parcela A tem implantada uma edificação (habitação), com 56 m2, a qual possui certidão de dispensa de autorização de utilização n.º 40/2016. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**CINCO** - De acordo, com o levantamento topográfico apresentado e subscrito por técnico habilitado, a área total do prédio efetivamente existente é 1230m2. -----

**SEIS** - As duas parcelas objeto do pedido de destaque (a destacar e remanescente), ficarão com as seguintes áreas: -----

Área Total do Prédio Urbano (de acordo com o levantamento topográfico apresentado) **1230 m2** -----

Área da Parcela a Destacar (A) **615 m2** -----

A parcela "A", tem implantada uma construção destinada a habitação com a área coberta de 56 m2. -----

Área da Parcela Remanescente (B) **615 m2** -----

**SETE** -Não é permitido efetuar na área correspondente ao prédio originário, novo destaque por um prazo de 10 anos, contados da data do destaque anterior. -----

**OITO** -O ónus do não fracionamento deverá ser inscrito no registo predial sobre as duas parcelas resultantes do destaque. -----

**NOVE** -A pretensão reúne os requisitos legais para a operação de destaque, pelo que se propõe a emissão da respetiva certidão nos termos indicados. -----

**DEZ** - A certidão emitida pela câmara municipal constitui documento bastante para efeitos de registo predial da parcela destacada. -----

**De Direito** Nos termos do disposto no artigo 6.º n.ºs 4, 6, 7 e 9 do RJUE. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade -----

Foi deliberado por unanimidade, aprovar em Minuta, cada uma das deliberações constantes desta Ata, nos termos e para os efeitos do artigo cinquenta e sete, números um a quatro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

E não havendo mais assuntos a tratar foi, pelo Senhor Presidente, declarada encerrada a reunião pelas dez horas e quarenta e cinco minutos. -----

Desta Reunião se lavrou a presente Ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, e por mim, José Pereira dos Reis Vilhena Gonçalves, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, exercendo as funções de Secretário. -----

Presidente da Câmara Municipal

O Secretário da reunião

José Pereira dos Reis Vilhena Gonçalves

